

DGARQ implementa Programa de Auditorias a Sistemas de Arquivo ■

A DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS (DGARQ), na sequência do Decreto-Lei n.º 93/2007, de 29 de Março, passou a ter como missão e atribuição «superintender técnica e normativamente e realizar acções de auditoria em todos os arquivos do Estado, autarquias locais e empresas públicas, bem como em todos os conjuntos documentais que, nos termos da lei, venham a integrar o património arquivístico e fotográfico protegido». Esta nova função, através da Portaria n.º 372/2007, de 30 de Março, ficou como competência da Direcção de Serviços de Arquivística e Apoio Técnico (DSAAT) da DGARQ.

No âmbito destas novas atribuições, a Direcção do organismo estabeleceu como objectivo operacional, inscrito no *Quadro de avaliação e responsabilidades* (QUAR), em 2008, a implementação da referida função, tendo como meta a realização de 8 auditorias externas a arquivos.

Nesse sentido, a DSAAT procedeu à constituição de um grupo de trabalho, constituído por arquivistas com formação especializada na área, o qual elaborou o Programa de intervenção da DGARQ para o ano transacto. O Programa estipu-

lou a realização de auditorias aos sistemas de arquivo de 10 câmaras municipais apoiadas pelo PARAM – Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais, seleccionados a partir de critérios que, na sua maior parte já constavam do Relatório de avaliação do PARAM (disponível em <http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/12/boletim-dgarq-nc2ba6.pdf>). Neste contexto, foram escolhidas as câmaras de Albergaria-a-Velha, Amarante, Constância, Elvas, Marinha Grande, Matosinhos, Mealhada, Ponte de Lima, Póvoa de Varzim e Sintra.

O Programa de 2008 estabeleceu como principal objectivo destas auditorias verificar os seguintes requisitos, nos respectivos sistemas de arquivo:

1. O grau de cumprimento da legislação e regulamentação arquivística em vigor;
2. O grau de cumprimento do Acordo estabelecido entre a câmara e o ex-Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), no âmbito do PARAM;
3. A existência de políticas de gestão integrada de arquivos e de boas práticas na sua implementação, de acordo com normas e orientações nacionais e interna-



Neste número

- 03 • O Estado da Índia no século XVII, na Torre do Tombo

ARQUIVOS MUNICIPAIS

- Vila do Bispo
- 04 • Ingresso adicional: Secretaria-Geral da Presidência do Conselho
- 05 • Um novo fragmento português medieval da Terceira Partida de Afonso X

EM DESTAQUE

- 06 • Reuniões internacionais ADAI e ALA

PROTOCOLOS

- 08 • A DGARQ e o Arquivo Nacional da Indonésia assinam Memorando de Entendimento
- Digitalização dos Registos Paroquiais de Odivelas

FUNDOS E COLEÇÕES

- 09 • Documentação de conventos por identificar
- Novas aquisições
- 10 • Os arquivos no diálogo intercultural: balanço de uma exposição

INFORMAÇÕES

- 11 • Arquivo Distrital de Aveiro
- Exposição*
- Coleção de emblemas desportivos Frederico da Costa Santos

AGENDA

- 12 *Exposição*
- *Registos do céu na Torre do Tombo*

cionais, com prioridade para as que pudessem afectar a adesão à Rede Portuguesa de Arquivos, já prevista no Acordo PARAM.

Devido a limitações de tempo para a realização das auditorias, foi indicada uma ordem de prioridades, que circunscreveu o âmbito de actuação das equipas de auditores, cujos primeiros pontos passavam por:

1. Verificação dos sistemas de instalação e armazenamento da documentação em fase semi-activa e inactiva de conservação permanente, tendo em conta que a maioria dos Acordos PARAM visavam a construção ou adaptação de instalações para este efeito;

2. Verificação do funcionamento integrado do sistema, principalmente ao nível do arquivo intermédio/geral e arquivo histórico, com destaque para a análise da aplicação da Portaria de Gestão de Documentos n.º 412/2001, de 17 de Abril, relativamente às transferências e incorporações de documentação nestes arquivos, bem como ao seu tratamento e acessibilidade, com particular destaque para a construção e disponibilização de bases de dados de descrição arquivística normalizada com base na ISAD (G).

O Programa de auditorias estabeleceu ainda que as verificações em causa, a partir de referenciais previamente definidos, deveriam dar origem a:

a) identificação de não conformidades na aplicação dos referenciais legislativos, regulamentares, contratuais e normativos a que a entidade auditada se encontrasse obrigada;

b) recomendações de melhoria do sistema de arquivo, de acordo com os referenciais e as boas práticas reconhecidas a nível nacional e internacional.

Procurou-se ainda que todos os auditores coordenadores fossem

arquivistas com formação completa em auditorias com base nas Normas ISO 9000, 9001, 19011 e/ou na Norma ISO 27001 e COBIT.

O segundo documento produzido pelo grupo de trabalho da DSAAT foi o da Metodologia, cujo fluxo, adaptado da norma NP EN ISO 19011: 2003, incluiu as seguintes fases:

1. Preparação das auditorias – compreendendo o início de cada processo, condução da recolha e análise de documentos e preparação para as actividades de auditoria no local;

2. Execução da auditoria;

3. Preparação, aprovação e execução do Relatório de auditoria,

4. Fecho da auditoria.

De acordo com este documento, todas as auditorias deveriam ter um Plano, acordado com cada uma das entidades auditadas. A Metodologia referia-se ainda a todos os procedimentos a efectuar na visita a estas entidades, ficando estabelecido que na reunião de encerramento, a equipa auditora apresentaria sempre as principais conclusões da mesma. Indicaria ainda à entidade auditada que, no caso de não conformidades, deveria proceder, dentro de um prazo razoável, às acções correctivas que viessem a ser referidas no Relatório. Deveria ainda especificar as situações em que as entidades podiam contar com o apoio técnico da DGARQ e do Arquivo Distrital da sua área para a implementação das medidas correctivas necessárias ou das recomendações que viessem a ser produzidas. O Relatório, depois de aprovado, deveria ser remetido à entidade auditada e, para conhecimento, ao Arquivo Distrital.

A implementação do Programa decorreu, em geral, de acordo com os dois documentos referidos, tendo a DSAAT procedido à elaboração do Relatório final de avaliação das

auditorias de 2008, do qual salientamos apenas três conclusões:

1. Os principais documentos de política arquivística existentes nos municípios – os Regulamentos de arquivo, apenas se encontravam aprovados em 40% das Câmaras municipais auditadas. As restantes possuíam somente projectos ou propostas para este efeito. Note-se, contudo, que as auditorias da DGARQ permitiram verificar que no conjunto dos Regulamentos existentes, nenhum se encontrava actualizado. Por outro lado, não representavam a estrutura vigente nem o funcionamento do Sistema de arquivo.

2. A maior parte das entidades auditadas (80%) procedia à aplicação da Portaria n.º 412/2001, sobretudo no que diz respeito às remessas e à eliminação de documentos. Contudo, essa aplicação nem sempre era sistemática ou a mais correcta.

3. Na verificação do grau de cumprimento do Acordo PARAM, a DGARQ detectou que 30% dos arquivos das câmaras auditadas, apoiadas pelo Programa, ainda não se encontravam abertos ao público.

Um outro aspecto analisado foi se a funcionalidade dos espaços aprovados estava conforme ao Acordo PARAM, tendo-se constatado, casos de alterações do traçado da planta sem a devida autorização da entidade financiadora e a existência de materiais e documentos que não eram de arquivo, nos depósitos e noutros espaços apoiados.

Actualmente a DGARQ prepara o seu Programa de auditorias para 2009, o qual irá também incluir organismos da Administração Central do Estado.

Pedro Penteadó

DIRECTOR DE SERVIÇOS
DE ARQUIVÍSTICA
E APOIO TÉCNICO

Vila do Bispo ■

Horário: Segunda a Sexta das 9h às 17h

(último pedido para consulta na sala de leitura até às 16h)

Morada: Largo de São Vicente, 8650-407 Vila do Bispo

T.: 282 630 600 (ext. 403) · F: 282 639 208 · E: geral@cm-viladobispo.pt



O ARQUIVO MUNICIPAL DE VILA do Bispo foi inaugurado no dia 31 de Janeiro de 2009, numa cerimónia presidida pela Secretária de Estado da Cultura, Dra. Maria Paula Fernandes dos Santos e pelo Presidente da Autarquia, Eng.º Gilberto Repolho dos Reis Viegas.

O novo equipamento é fruto de um investimento de mais de 190 000 euros, comparticipados pelo PARAM (Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais) e promovido pela DGARQ (Direcção-Geral dos Arquivos).

O tratamento, divulgação e o acesso à documentação fazem parte dos objectivos essenciais do Arquivo. A comunicação documental é efectuada através da Sala de Consulta e Leitura Pública, com acesso à documentação de natureza histórica. O Arquivo Municipal tem também como missão permitir o acesso à documentação a todos os órgãos e serviços municipais. Neste campo, insere-se documentação de natureza intermédia, decorrente da actividade (funções-meio) dos diferentes

órgãos e serviços da Câmara Municipal. Em Arquivo Histórico, encontra-se documentação desde o século XVII, incluindo Legislação Portuguesa (desde 1839), Correspondência Oficial (desde 1898), Recenseamentos Militares (desde 1887), Testamentos (desde 1849), Actas de Vereação e Livros de Actas (desde 1803) e Passaportes (1849 a 1864).

Nuno Marques

TÉCNICO SUPERIOR
DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO

O Estado da Índia, no século XVII, na Torre do Tombo ■

OS ESTUDOS SOBRE GOA, normalmente, focam a época «Dourada» da presença portuguesa na Índia. O século XVII, mais propriamente o final tem recebido muito menos atenção por parte da historiografia Indo-Portuguesa. No âmbito de um doutoramento de história em Columbia University, nos Estados Unidos, o projecto sobre o qual recai a minha investigação tem como elemento central e orientador de toda a investigação, os abusos e excessos de poder e autoridade entre os vários grupos político-sociais em Goa durante o reino de D. Pedro II.

Na Torre do Tombo existem variadíssimas fontes relacionadas com o tema. Neste particular, uma das umas das colecções mais importantes para a análise e compreensão histórica do Estado da Índia chama-se Relações dos Documentos Remetidos da Índia

/ Monções do Reino. Esta colecção contém parte da correspondência enviada entre o Reino de Goa sobre assuntos e temas absolutamente essenciais. Para o projecto que me proponho desenvolver, saltam imediatamente à vista, as cartas enviadas entre os eclesiásticos, e os abusos e os excessos dos oficiais do Estado. Pese embora, a maior parte das cartas se refira às três primeiras décadas do século, elas dão uma ideia aproximada da frequência e o género de queixas, abusos e excessos entre os partidos laicos e os religiosos.

O Conselho Geral do Santo Officio (Inquisição de Goa) contém numerosas referências ao reinado de D. Pedro II nos finais do século XVII. É possível encontrar documentos sobre o Pai dos Cristãos e as controvérsias dos ditos religiosos que se apoderaram e converteram «órfãos

gentios». Os objectivos gerais dos religiosos de alumiar o povo não-Cristão «com a luz da razão» é tema recorrente também presente em alguns documentos. Aliás, pode-se afirmar que esta colecção, apesar de pouco extensa, dá uma ideia correcta do estado de missão no Estado da Índia e os problemas que enfrentaram os religiosos.

Outras colecções, nomeadamente Armário e Cartório Jesuítico e a Colecção S. Vicente, contém referências dispersas relativas ao final do século XVII. Ao juntar a informação disponível nessas fontes com as colecções maiores, torna-se possível criar uma imagem mais completa do mundo social e religioso do Estado da Índia.

Nandini Chaturvedula

Bolseira do Programa de Bolsas FLAD/DGARQ
COLUMBIA UNIVERSITY

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho ■

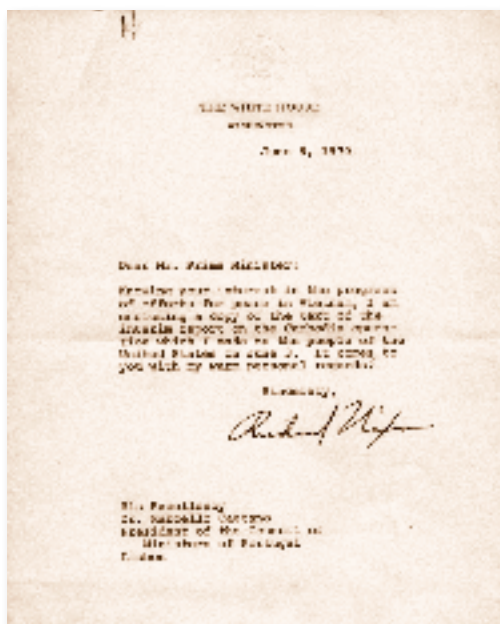
NO ANO DE 2004 a Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros transferiu para o IAN/TT um acervo, pertencente aos fundos António Oliveira Salazar e Marcelo Caetano, que até à data tutelava.

A documentação que a SGPCM ao presente incorpora na DGARQ foi identificada no âmbito do tratamento de outros fundos documentais, desde o primeiro ingresso, até ao ano de 2008. A par do sucedido anteriormente estamos em presença de documentos produzidos durante o Estado Novo.

A documentação foi descrita após um enquadramento custodial e orgânico/funcional da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho. A análise, a descrição dos documentos e aferição das principais séries documentais, reflecte, na sua essência, a evolução legislativa e política do país e o modo de vida da sociedade da época.

Quando foi publicada a reorganização do Ministério das Finanças, a 24 de Junho de 1933 (Decreto-Lei n.º 22726), ficou articulado que enquanto a Presidência do Conselho estivesse confinada ao Ministério das Finanças existiria um organismo independente e separado dos dois organismos, denominado – Secretaria-Geral. Na generalidade competia-lhe, gerir o expediente geral, registar os diplomas de funções públicas e o expediente do chancelamento, conservar o arquivo, dar execução a qualquer serviço eventual ordenado pelo Ministro das Finanças e dar expediente a todos os documentos que fossem atribuição do Secretário-Geral.

A 19 de Maio de 1938, com a publicação do Decreto-Lei n.º 28671, constituiu-se uma Secretaria para a



Presidência do Conselho. Nos termos do diploma da sua constituição, estavam-lhe confinadas o registo, em livro especial, das leis e outras disposições a publicar no Diário do Governo, o arquivo dos diplomas, todos os processos a submeter à apreciação do Presidente do Conselho e o todo o arquivo e expediente.

Foi o Decreto-Lei n.º 41383, de 22 de Novembro de 1957, que criou a Secretaria-Geral da Presidência do Conselho definindo as suas competências, atribuições e orgânica. Foram atribuições da Secretaria-Geral a transmissão aos organismos e serviços dependentes da Presidência do Conselho, além das indicações de ordem geral abrangidas no âmbito da sua competência, as normas e instruções genéricas emanadas do Presidente do Conselho ou do Ministro da Presidência e dar execução às deliberações do Conselho de Ministros em tudo quanto não pertencesse em especial a determinado Ministério.

Efectuada a evolução histórica até ao estabelecimento da Secretaria-

-Geral, definidas as suas competências e atribuições, tornar-se-á compreensível o enquadramento da tipologia documental do espólio, constituinte do ingresso adicional. Foram caracterizados os processos cujo âmbito compreende os anos de 1952 a 1974, todos em suporte papel e em bom estado de conservação. A documentação foi descrita ao nível do processo ou colecção e em situações excepcionais, quando o obrigava ou se justificava, foi descrita ao nível do documento.

O mote é variado, destacamos a administração local; análise à imprensa estrangeira; Banco Portugal; Benfeitorias; Comissão Concelhia da União Nacional; Comissão Portuguesa do Atlântico; Conselho Coordenador da Informação; cortes de informação na imprensa (registos, justificação); crise monetária; diplomacia; diplomas a apreciar em Conselho; empreendimento de Cabora Bassa; fiscalização de empresas; Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Região do Zambeze; ministérios vários; morte de Amílcar Cabral; ouro e bens alemães; requerimentos de deputados; Secretaria de Estado da Informação e Turismo; transcrições de noticiários radiofónicos e visitas oficiais.

Salientamos também, na correspondência de particulares; os pedidos de assistência médica; auxílio financeiro; profissional; pensões e melhoramentos em imóveis.

Carla Santo

CHEFE DE EQUIPA MULTIDISCIPLINAR
ARQUIVOS – PRESIDÊNCIA DO CONSELHO
DE MINISTROS/SECRETARIA-GERAL

Um novo fragmento português medieval da *Terceira Partida* de Afonso X ■

NO FINAL DE NOVEMBRO DE 2008, um fragmento manuscrito até agora desconhecido da tradução medieval portuguesa da *Terceira Partida* de Afonso X foi identificado no âmbito de uma sistemática e extensiva investigação conduzida pelo Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa nos diversos fundos documentais existentes na Torre do Tombo e nos restantes arquivos, com o objectivo de identificar toda a documentação relacionada com as Cortes Portuguesas desde 1325 até ao século XVII, que se encontram em publicação.¹

O bifólio de pergaminho agora identificado, que se encontra na Torre do Tombo, no fundo do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2.ª incorporação, Maço 236, e que serviu de protecção ao tombo de demarcação dos casais

de Cabanas e Alhadas, realizado em 1520, inclui as seguintes leis: no primeiro fólio – Título V, Leis 21 (incompleta), 22, 23, 24, 25, 26 e 27 (incompleta); e no segundo – Título VI, Leis 13 (incompleta), 14 e 15 e Título VII, Leis 1 e 2 (incompleta). É datável do século XIV, escrito em letra gótica, num texto a duas colunas, regrado, com rubricas, capitulares e caldeirões a vermelho, incluindo ainda algumas glosas no verso do segundo fólio.

O bifólio deve corresponder aos fólhos 21-21v.º e 24-24v.º, se o sistema de encadernação do códice ter sido um duerno, ou aos fólhos 19-19v.º e 22-22v.º, se o sistema de encadernação do códice ter sido um caderno (calculado a partir da mancha de texto de 40 linhas por coluna, e inclinando-nos nós mais para a segunda hipótese). O sistema de encadernação não deveria ter

sido diverso, dado que o texto em falta entre o verso do primeiro fólio deste novo fragmento e o recto do segundo fólio corresponde a oito colunas, o que equivale a um outro bifólio.²

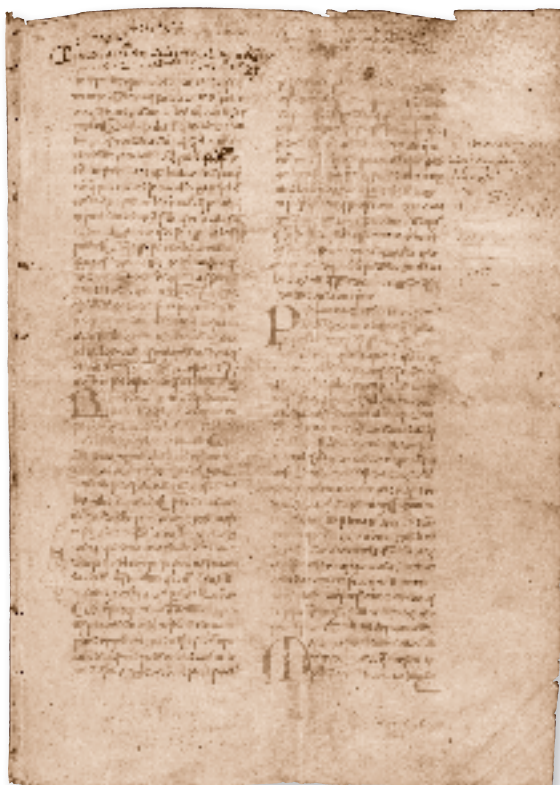
A tradução medieval para português desta *Terceira Partida* existe completa no códice n.º 3 do Núcleo Antigo da TT (uma cópia datada de 1341), e ampla evidência da difusão desta *Partida* pôde ser deduzida a partir dos vários fragmentos de versões diferentes até hoje identificados e arrolados tanto por José de Azevedo Ferreira como pelo projecto BITAGAP.³

A ampla difusão da tradução desta *Partida*, o que comprova a sua aplicação em Portugal, é deduzida a partir das diferentes versões medievais que chegaram até aos nossos dias e encontram-se identificadas e arroladas tanto por José de Azevedo Ferreira como pelo projecto BITAGAP.

Este novo fragmento está a ser presentemente transcrito e estudado por Carlos Pio, doutorando da Universidade da Califórnia, Santa Bárbara, contribuindo seguramente para uma melhor compreensão da difusão e influência que esta *Terceira Partida* exerceu em Portugal na Idade Média.

Pedro Pinto

CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA



ANTT, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2.ª incorporação, maço 236.

1 Desde 2008, colaboramos também com o Projecto BITAGAP (Bibliografia de Textos Antigos Galegos e Portugueses), que vem conduzindo um levantamento exaustivo dos fundos da TT, cuja Base de Dados está disponível online (<http://sunsite.berkeley.edu/Philobiblon/phhmbp.html>). Este novo fragmento constitui assim uma nova adição à lista de fragmentos conhecidos das *Partidas*, publicada por Arthur L.-F. Askins, Aida Fernanda Dias, e Harvey L. Sharrer (*Fragments de Textos Medievais Portugueses da Torre do Tombo*, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo, 2002, pp. 72-73) assumindo na base de dados BITAGAP o número (Manid) 4213, correspondente ao texto (Texid) 1134.

2 Dimensões de cada fólio: 465mm por 330mm, com uma mancha de texto por coluna de 360mm por 100mm. No cabeçalho do verso de cada fólio encontra-se a menção «Título» ao passo que no recto do fólio se encontra o respectivo número do «Título», sendo que em data posterior, foi adicionado no cabeçalho de cada verso do fólio o respectivo número, em mão diferente.

3 «Subsídios para uma edição da *Terceira Partida* de Afonso X», *Boletim de Filologia*, Vol. XIX, 1984, pp. 101-116.

Reuniões internacionais ADAI e ALA ■

DE 16 A 20 DE FEVEREIRO DE 2009, decorreu no Capitólio e no Arquivo Nacional da República de Cuba, em Havana, a XI reunião do Comité Intergovernamental do Programa ADAI – Apoio ao Desenvolvimento de Arquivos Ibero-Americanos e a reunião extraordinária da ALA – Associação Latino Americana de Arquivos.

A Direção-Geral de Arquivos fez-se representar pelo seu Director Silvestre Lacerda.

O Programa ADAI insere-se no âmbito das Cimeiras Ibero-americanas de Chefes de Estado e do Governo, tendo sido aprovado em Outubro de 1998, na Cimeira do Porto e ratificado na Cimeira de La Havana, em Novembro de 1999.

O Programa tem como objectivo o financiamento de projectos que visem melhorar as condições de conservação, preservação e difusão do património arquivístico ibero-americano. Ao longo destes 10 anos da sua existência o Programa já financiou 712 projectos. No decurso desta reunião, e para 2009, foram aprovados 96 projectos, dos 212 que se candidataram, provenientes de 13 países a saber: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, México, Peru, Porto Rico, República Dominicana e Uruguai.

Foram ainda aprovados 3 projectos supranacionais a saber: um ao Chile, destinado a financiar a organização do *VI Seminário de Arquivos de Tradição Ibérica: Arquivos e Cidadania. Tendências actuais ao acesso e ao uso da informação pública*, e dois ao Uruguai, destinados respectivamente à Associação dos Arquivistas do Uruguai, para apoio à organização do *VIII Congresso de Arquivística*

da Mercosul e ao Arquivo General de la Nación, para a elaboração da *Bibliografía Arquivística ibero-americana*.

Foi apresentada a XII Convocatória do Programa ADAI. Poderão candidatar-se os países aderentes, com as respectivas quotas actualizadas. O prazo de apresentação das candidaturas será de 1 de Março a 30 de Junho e o Comité Intergovernamental para apreciação e aprovação das mesmas reunirá no primeiro trimestre de 2010. Serão valorizados positivamente os projectos arquivísticos relacionados com a mulher, com os mundos indígena e afroamericano, com a Guerra Civil e o exílio espanhol, com os Direitos Humanos e ainda os relacionados com os Processos de Independência na Ibero-América.

O valor disponível para o apoio a projectos foi superior a 400.000 euros e o valor máximo atribuído a candidaturas de cada país foi de 59 000 euros, sendo que o valor máximo de cada projecto não deverá exceder os 17 000 euros.

Portugal, não sendo membro efectivo do ADAI, foi convidado a estar presente como observador.

No final da reunião, Silvestre Lacerda anunciou que Portugal, através do IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, reconhecendo a importância do Programa ADAI, no contexto dos Arquivos da Ibero-América, viabilizou as condições financeiras que irão permitir à DGARQ e ao ANTT a sua adesão a este Programa, satisfazendo aliás, uma intenção há muito desejada. Este anúncio mereceu a melhor receptividade por parte de todos os países participantes.

No que se refere à reunião extraordinária da ALA, destacava-se da sua vasta agenda a análise das relações entre a ALA e o CIA – Conselho Internacional de Arquivos.

Para situar esta problemática, recuamos ao Congresso de Viena de Áustria, em 2004, em que a Assembleia Geral do CIA tomou algumas decisões que a ALA considerou contrárias aos seus estatutos e interesses, enquanto ramo regional do CIA, para os Arquivos da Ibero-América, ramo em que se inclui Portugal e Espanha.

Estas decisões foram desde logo contestadas e justificadas na *Carta de Lisboa*, documento aprovado por unanimidade durante a Assembleia Geral da ALA, reunida em Lisboa, a 25 de Outubro de 2005. Duas das decisões mais contestadas, e que se interligam, respeitam ao desproporcionado aumento das quotas anuais o que inviabiliza alguns países da região de permanecerem, ou até de se poderem vir a integrar, uma vez que a generalidade dos mesmos têm sérias dificuldades económicas para justificar, face aos respectivos governos, os pagamentos ao CIA, sobretudo tendo em consideração o baixa retorno técnico recebido. Esta situação é ainda agravada pelo facto de, no mesmo Congresso, a alteração dos Estatutos prever a redução para apenas duas línguas de trabalho: o inglês e o francês, afastando assim a língua espanhola até então utilizada como língua de trabalho do CIA.

Na *Carta de Lisboa* solicitava-se ao CIA que:

- a informação disponível no sítio *Web* do CIA seja difundida em língua espanhola e que os documentos administrativos



e científicos sejam traduzidos para espanhol e português para serem disponibilizados pela comunidade da ibero-América;

- o CIA realize uma gestão que permita financiar a tradução simultânea para espanhol em actividades da maior importância, como Congressos, de modo a permitir uma ampla participação da comunidade arquivística;
- visando a possibilidade de permanência dos países ibero-americanos no CIA, que o Comité Executivo autorize que o pagamento das quotas dos países com maiores dificuldades económicas possa ser feito através de trabalhos e serviços prestados;
- é ainda pedido ao CIA, que em nome da transparência administrativa, disponibilize no sítio Web a fórmula de cálculo feita para determinar a quota anual de cada país, e o valor que cada país membro paga.

Ao longo destes últimos três anos, tem havido uma intensa e, por vezes, não muito amistosa troca de correspondência entre os dois organismos.

Na Assembleia Geral da ALA, realizada em S. Paulo, a 10 de Setembro de 2008, aprovaram-se algumas alterações aos Estatutos da ALA, particularmente, os artigos que veiculavam a vontade de manter a ALA como ramo regional do CIA e ao mesmo tempo possibilitar a filiação na ALA, sem a obrigatoriedade de estar inscrito no CIA, atendendo a que os estatutos da ALA têm precedência aos do ramo regional do Conselho.

Esta reunião extraordinária da ALA foi convocada para analisar as últimas decisões do CIA, tomadas no CITRA em Outubro de 2008, em que deu a conhecer a criação de **um grupo de trabalho** para a reforma do sistema de cálculo de quotas, sistema que deverá ser aprovado na próxima Assembleia Geral, e que

o Conselho está disponível para receber todas as sugestões e modelos de cálculo, que queiram fazer chegar. O Conselho informou ainda que mandou fazer um estudo do impacto financeiro que representará a reintegração da língua espanhola, como língua de trabalho. Contudo, não deixou de pedir o contributo voluntário da ALA, para colaborar neste processo, tal como havia sido sugerido na *Carta de Lisboa*.

Os membros da ALA, presentes na reunião, consideraram estas decisões positivas e irão concentrar esforços, no sentido da apresentação de uma proposta que satisfaça as duas partes, sugerindo também, que irão procurar encontrar voluntários que possam colaborar com o CIA, para bem dos arquivos e da comunidade arquivística da Ibero-América.

Maria de Lurdes Henriques

GABINETE DAS RELAÇÕES EXTERNAS
E COOPERAÇÃO

A DGARQ e o Arquivo Nacional da Indonésia assinam Memorando de Entendimento ■

NO PASSADO DIA 17 DE DEZEMBRO de 2008, nas instalações do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, foi assinado, entre a Direcção-Geral de Arquivos de Portugal e o Arquivo Nacional da Indonésia, um Memorando de Entendimento que reconhece o elo cultural entre os dois países, desde o século XVI, e promove a mútua cooperação no âmbito da Arquivística. Tem como principais objectivos: Troca de informação, publicação

e reprodução de arquivos sobre as relações entre os respectivos países, desde o século XVI até ao século XX; Intercâmbio de visitas entre profissionais de arquivos dos respectivos países; Promoção de actividades nas áreas da conservação e restauro de arquivos; Participação de profissionais de arquivos em reuniões, seminários, conferências e ateliers de âmbito profissional; Exposições recíprocas sobre os laços históricos, patrimoniais e culturais.



Digitalização dos Registos Paroquiais de Odivelas ■

No passado dia 4 de Fevereiro de 2009 foi assinado nas instalações da Direcção-Geral de Arquivos (DGARQ) o Protocolo para a digitalização dos Registos Paroquiais de Odivelas entre os representantes daquela Direcção-Geral, Dr. Silvestre Lacerda, e da Câmara Municipal de Odivelas (CMO), o Sr. Vereador Fernando Ferreira.

O projecto prevê a digitalização de 47 microfiches, relativo a cerca de 45000 imagens, e a sua posterior organização e renomeação em função dos Códigos de Referência indicados pelo Arquivo Distrital de Lisboa. Engloba-se na estratégia do Departamento de Administração Jurídica e Geral da CMO que através da sua Divisão de Administração Geral/Arquivo Municipal (AM) começa agora a estabelecer prioridades na valorização daquilo que possa ser considerado património documental e cultural do município de Odivelas. Neste âmbito, prevê-se a disponibilização em linha no sítio



da DGARQ com ligação ao sítio da CMO, durante o primeiro semestre de 2009, dos registos paroquiais de Odivelas, assim como a sua consulta, em cópia digital, no AM.

Os registos paroquiais são livros escritos pelos diversos párocos onde são lavrados os assentos de baptismo, casamento e óbito. Apesar de ser já costume em algumas paróquias, tal prática tornou-se obrigatória a partir de 1564 após o Concílio de Trento e da bula *Benedictus Deus* de Pio IV que impunha à cristandade o registo em livro próprio dos baptismos e matrimónios. Tal obrigatoriedade estender-se-ia aos registos de óbitos

após a publicação em 17 de Junho de 1614 do *Ritual Romano* de Paulo V. Os registos paroquiais perduraram quase sem alterações até à segunda metade do século XIX, altura em que por intervenção estatal se nota uma transferência gradual de poderes entre as autoridades eclesiástica e administrativa, culminando este tipo de registos por serem assegurados definitivamente pelo poder civil após a proclamação da República em 1910 e a posterior criação do Registo Civil (1911).

Os registos paroquiais de Odivelas são prova dessa evolução, como se constata pelas datas extremas da documentação digitalizada: 1564-1912, constituindo-se como importante fonte para o conhecimento da evolução demográfica no actual território do município, assim como para eventuais estudos na área da genealogia e sociologia.

Mário Calheiros

ARQUIVO MUNICIPAL DE ODIVELAS

Documentação de conventos por identificar ■

ENCONTRA-SE JÁ DISPONÍVEL para consulta a colecção designada por Documentação de conventos por identificar (código de referência PT/TT/DOC1). O tratamento arquivístico desta colecção foi feito na sequência dos trabalhos para a elaboração do Guia de Fundos Eclesiásticos da Torre do Tombo e a sua descrição está acessível *online* em <http://digitarq.dgarq.gov.pt/default.aspx?page=listShow&searchMode=as&sort=id&order=ASC>.

A descrição mais genérica apresenta-se pouco exaustiva porque a informação sobre esta colecção é muito escassa. Foi possível obter

alguns dados sobre a *História custodial e arquivística*, e a informação de *Âmbito e conteúdo* é bastante sumária já que a descrição mais pormenorizada é apresentada na descrição das unidades de instalação. São ao todo 19 caixas de documentos que foram vistas, analisadas e descritas individualmente, com especial cuidado nos elementos de informação *História custodial e arquivística*, e *Âmbito e conteúdo*, procurando-se reconhecer os conjuntos coerentes que se apresentavam e tentando identificar algumas prováveis proveniências.

Quando não foi possível identificar conjuntos documentais coeren-

tes, os documentos foram descritos individualmente, de forma muito sumária, com título, data, dimensão e suporte, língua (sempre que não o português) e estado de conservação (sempre que deficitário). Existem inúmeros documentos em latim, fragmentos e documentos ilegíveis.

Espera-se desta forma se tenha contribuído um pouco para aumentar a disponibilidade e a acessibilidade à informação e incrementado o conhecimento do património arquivístico nacional junto do cidadão.

Joana Braga

TORRE DO TOMBO



ANTT, CF 211, f. 24V: Configuração da costa desde a Ponta da Piedade até à Fortaleza de Almadena.

Novas aquisições ■

EM OUTUBRO DE 2008, foram adquiridos por compra em leilão, o *Traslado autêntico do Foral e Regimento do Paço da Madeira de 1694*, mandado fazer a partir do original existente no cartório do Paço da Madeira, e o *Livro das fortificações do Reino do Algarve*, de 1798.

O primeiro documento, que no Paço da Madeira substituiu o anterior em uso, por ser muito antigo e se encontrar já desactualizado, vem preencher uma lacuna no fundo do Paço da Madeira do ANTT que não dispunha de regimento. Foi subscrito e assinado pelos escrivães dos direitos reais da Casa do Paço da Madeira, em 30 de Setembro de 1695, e concertado por Guilherme Cabral Botelho e por Feliciano Nogueira de Lara.

O segundo documento, mais recente que o Casa de Cadaval, liv. 29, veio enriquecer o acervo do ANTT por ser complementar deste. De facto, representa as fortificações desde Castro Marim, junto ao Guadiana, e torres como a de Quarteira, enquanto que o documento do ANTT, começa, mais adiante, em Cacela; o *Livro das fortificações do Reino do Algarve* é mais exaustivo quanto às construções existentes ao longo da costa.

Ambos dispõem de registos descritivos no catálogo do ANTT, disponíveis em linha em www.dgarq.gov.pt/rede-portuguesa-de-arquivos/pesquisar-arquivos/catalogo/.

Fátima Dentinho do Ó Ramos

CHEFE DE DIVISÃO DE AQUISIÇÕES E TRATAMENTO ARQUIVÍSTICO

Balanço de uma exposição ■

ENTRE 29 DE OUTUBRO DE 2008 e 20 de Fevereiro de 2009, esteve patente ao público, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, a exposição *Os arquivos no diálogo intercultural*, com a qual o ANTT se associou ao Ano Europeu do Diálogo Intercultural.

Através dos 113 documentos expostos, nos seguintes 5 núcleos, foi possível aos visitantes navegar do séc. XV à actualidade e efectuar múltiplas leituras.

- *Entre um Nome e uma Nacionalidade*
- *Espaços da Cidadania*
- *Os que chegam e os que partem*
- *...e os que vêm para ficar*
- *Nós e os Outros: diálogos*

Foram realizadas 74 visitas guiadas, que abrangeram um universo de 1497 visitantes, e registaram-se mais de 3 centenas de visitantes individuais.

A projecção do vídeo do ACIME (Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas) *Gente como nós* que dava a conhecer vidas de imigrantes em Portugal, ajudou ao estabelecimento de diálogos profícuos e diversificados.

Os documentos expostos, pela sua singularidade e diversidade, revelaram uma grande capacidade de mobilização de memórias afectivas, individuais e colectivas, suscitando encontros/desencontros em diálogos, ora emocionados, ora reflexivos, estabelecidos com e entre os visitantes de todas as idades e condição social, porque trouxeram à memória raízes, percursos e vivências (emigração, imigração, retornados, refugiados de guerra, para citar apenas exemplos).

Do livro dos visitantes da exposição destacamos:

Esta exposição é bastante interessante. Faz-nos pensar como o passado vai influenciar o nosso futuro. É sempre bom saber o que os nossos antepassados fizeram para poderemos mudar algo no futuro...

[Aluna da Escola Secundária de Peniche]

Memória. História. Nem tudo pode ser economia e lucro. Um povo que despreza as suas raízes e passado está condenado a morrer culturalmente. Ó pobre Portugal que te desprezas.

E vêes afundar num mar de ignorância e materialismo os teus acervos do passado. Que a memória do passado frutifique o futuro e se dê mais espaço à cultura...

[Professor de História]

Esta exposição fez-me recordar mais uma vez a importância do passado na construção do nosso futuro. Consegue realçar a importância dos arquivos, tantas vezes esquecidos.

[Arquivista]

É muito importante que as escolas mobilizem os seus alunos para que eles possam beneficiar da riqueza que esta admirável exposição lhes pode e deve proporcionar.

[Presidente da Fundação Aristides de Sousa Mendes]

Gostei! Sensibilizou-me a selecção da documentação. Parabéns à Torre do Tombo por mais uma vez abrir as «portas da cultura» ao mais comum dos cidadãos.

[Investigadora]

Muitos parabéns. Pela iniciativa. Pela concretização. Pelo papel pedagógico actualíssimo, essencial na formação dos mais novos e mais velhos na sociedade portuguesa.

[Prof. Catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa]



Muitos parabéns pela forma como os documentos foram seleccionados e expostos! Aprender com o passado...

[Arquivista]

Parabéns à equipa da Torre do Tombo pela lógica didáctica com que a exposição foi montada. É um modelo de exercício de alternativas e de trocas. Tudo muda, se cada cidadão exercer o seu papel.

Gostei muito!

[Historiadora brasileira]

Como sempre, exposição extremamente importante. Pela qualidade do exposto e pela singularidade do propósito, relativo à diversidade da sociedade portuguesa.

[Membro do Conselho da Europa]

Belo trabalho de recuperação e disseminação da memória dos portugueses e de toda a Humanidade.

[Historiadora brasileira]

Nunca é demais revermo-nos ao espelho. Do outro lado e imaginar que qualquer guerra, catástrofe ou destino, faz de todos nós ciganos, judeus, mouros, cristãos-novos (e velhos), emigrantes, imigrantes, retornados, refugiados, escravos, apátridas.

Nunca é demais «arquivar» a História para não a perdermos de vista...

Um dia, podemos ser nós... em qualquer lugar.

[Professora Universitária]

Somos brasileiros, ficámos emocionados! Parabéns pela ousadia e coragem da exposição!

[Investigadores brasileiros]

GABINETE DE RELAÇÕES EXTERNAS
E DE COOPERAÇÃO

INFORMAÇÕES

Exposição

Colecção de emblemas desportivos Frederico da Costa Santos ■

13 DE MARÇO > 4 DE ABRIL

O QUE MOTIVOU ESTA EXPOSIÇÃO, organizada pela Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto/Instituto do Desporto de Portugal I.P. nas instalações da Torre do Tombo gentilmente cedidas pelo Ministério da Cultura/Direcção-Geral de Arquivos, foi a doação, ao Museu Nacional do Desporto, de uma das melhores colecções do mundo de emblemas desportivos e, naturalmente, homenagear aquele que a doou. Nascido, como ele próprio afirma, com «espírito de coleccionador», Frederico da Costa Santos, hoje com 85 anos, juntou, ao longo de quase sete décadas, 70 000 emblemas de cariz desportivo.

Esta exposição mostra apenas uma pequena parte desta maravilhosa colecção, meticulosamente organizada, numerada e catalogada (inclusive com minúsculos e pormenorizados desenhos a lápis).

A colecção de Frederico da Costa Santos constitui um verdadeiro documento histórico e iconográfico, com especial destaque para os 80 estojos, com um total de mais de 6.000 emblemas, dedicados ao associativismo português. Organizados por distrito e ordem alfabética, os emblemas dos clubes de futebol e outros desportos, das associações e federações desportivas, do desporto corporativo, evocam a história das agremiações e do movimento desportivo e salvaguardam a memória de muitos que já desapareceram.

Entre as outras peças expostas destacam-se os emblemas do Comité Olímpico de Portugal e da participação olímpica portuguesa, de várias edições dos Jogos Olímpicos e dos Campeonatos do Mundo de futebol, nomeadamente do «Mundial de 66».

O visitante poderá também conhecer o projecto e programa do Museu Nacional do Desporto, que foi apresentado publicamente no passado dia 23 de Dezembro no Pavilhão Carlos Lopes.

Anne Stroobant

INSTITUTO DO DESPORTO DE PORTUGAL



Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Alameda da Universidade · 1649-010 Lisboa · Tel. 217 811 500 · Fax 217 937 230 · grec@dgarq.gov.pt
Horário: de segunda a sexta: das 10h00 às 19h00 · Sábados: das 09h30 às 12h30 · Entrada Livre



Arquivo Distrital de Aveiro ■

NO ÂMBITO DAS COMEMORAÇÕES dos 250 anos da elevação de Aveiro a Cidade, o Arquivo Distrital de Aveiro promove, até 30 de Abril, uma acção de recriação histórica de um *Scriptorium* Medieval.

A actividade consiste em levar os visitantes a fazer uma viagem no tempo e presenciar a actividade de um *scriptorium* (local dos mosteiros destinado aos monges copistas que na época medieval escreviam os manuscritos) entre os sécs. VIII e XIII. Os participantes entram num espaço onde se recria um centro de cópia de manuscritos de um convento ou de uma catedral, no Ocidente Europeu. O espaço está adornado com o mobiliário, um conjunto de objectos e materiais utilizados em tão nobre tarefa – a de reproduzir uma bíblia, um missal ou um qualquer livro de serviço religioso. Os visitantes também são sensibilizados para o facto de os copistas, iluminadores e encadernadores terem sido responsáveis por admiráveis bibliotecas que ainda hoje se podem apreciar.

Maria Lucinda Tavares dos Santos

DIRECTORA DO ADAVR

Arquivo Distrital de Aveiro

Rua Dr. Alberto Souto, Bonsucesso – Aradas,
3810-417 Aveiro · Tel. 234377990 · Fax 234377999
mail@adavr.dgarq.gov.pt · Horário: 9h00-12h30,
14h00,17h30 · Entrada Livre

AGENDA

Exposição

Registos do Céu na Torre do Tombo ■ 8 DE SETEMBRO > 5 DE DEZEMBRO

EM 2009 COMEMORAM-SE as primeiras observações astronómicas feitas por Galileu usando um Telescópio – uma invenção que marcou o início de 400 anos de extraordinárias descobertas e da revolução científica que alterou a nossa visão do Mundo e do Universo. Neste contexto, integrando as comemorações do AIA 2009 (Ano Internacional da Astronomia) a DGARQ apresentará, em Setembro, uma exposição

temática alusiva ao estudo e ao impacto da Astronomia testemunhados por manuscritos de grande valor histórico e documental.

Os métodos expositivos tradicionais encontram-se desfasados da tendência de integrar as novas tecnologias no acesso à informação e na difusão do património arquivístico inflacionando o potencial documental dos itens expostos e o seu impacto na sociedade. Este evento destaca-se pelo seu carácter

minimal uma vez que contraria a tendência de expôr um elevado número de *itens* assim como pela introdução das novas possibilidades de acesso de carácter multimédia e interativo, como o *touchscreen*, em que as fontes manuscritas seleccionadas podem ser consultadas virtualmente na íntegra.

As tecnologias informáticas são exploradas como resposta a um público cada vez mais exigente reforçando a posição da Direcção-Geral de Arquivos como agente promo-

tor da divulgação e da democratização da informação.

De entre os quatro documentos seleccionados, a apresentação do *Cruzeiro do Sul* – e de *Mestre João*, como Astrónomo de D. Manuel I – adquire um significado particular quando colocado numa perspectiva protagonista pelo impacto que teve no conhecimento e orientação marítima no Hemisfério Sul e pela sua recente integração na *Memória do Mundo* pela UNESCO. Por outro lado, a exibição do *Livro de Marinharia*, marco emblemático da Astronomia Náutica, traduz a urgência em conhecer e reconhecer o valor documental do património ao revelar no seu estado de conservação o esforço em resistir ao Tempo e às suas vicissitudes. Apartado das capas de madeira que serviram de guarda aos instrumentos de apoio à leitura e estudo dos mapas e fragilizado pelo decaimento dos seus suportes terá o lugar assegurado na sensibilidade dos visitantes. O seu estado de conservação será complementado com uma proposta de reconstituição virtual capaz de transmitir o papel da conservação na recuperação de um valor histórico, actualmente comprometido.

Inês Correia
Cristina Ribeiro

